



TENDÊNCIAS DE PESQUISA NO PPGCI/UFF: **ABORDAGENS E PERSPECTIVAS**

Lídia Silva de Freitas

Linair Maria Campos

Renato de Mattos

Vitor Manoel Marques da Fonseca

(Organizadores)

São Paulo

Tikinet

PPGCI/UFF



2009 - 2019

Prefácio

Os organizadores e os autores do livro *Tendências de pesquisa no PPGCI/UFF: abordagens e perspectivas* presenteiam-nos com o fruto da efeméride de uma trajetória. O Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da Universidade Federal Fluminense (UFF) comemorou 10 anos em 2019 (o Mestrado iniciou-se em 2009, e a primeira turma de Doutorado, em 2015). Com o encerramento das comemorações desse aniversário, o livro se constitui de resultados de pesquisas atualmente realizadas por docentes, com parcerias diretas ou indiretas advindas de orientações realizadas no âmbito do programa.

A publicação apresenta um rico mosaico investigativo que, em suas cores e em sua diversidade temática, forma uma unidade, uma identidade. Apresenta um retrato, uma fotografia de pesquisas realizadas, as quais se projetam a novos horizontes para os pesquisadores do PPGCI/UFF e, de modo mais geral, contribuem para todos aqueles inseridos no campo ou com interesse na informação e nos objetos de estudo a ela relacionados.

Ante a diversidade de possibilidades investigativas no campo da ciência da informação, os autores lançam questões e ampliam possibilidades de reflexões sobre os distintos modos de institucionalidades relacionados à informação. São considerados atores, instituições, documentos, tecnologias, conformações socioculturais, políticas e históricas e questões tocantes à memória.

Diante das configurações de institucionalidade, observo, com a leitura dos textos, a possibilidade de reflexões transversais sobre a informação, as quais abrem caminho para se pensar intencionalidades e modos de materialidade em distintas perspectivas. Em muitos casos, à luz de tais possibilidades de reflexões, o conhecimento pode se apresentar como algo em disputa, já que está em jogo, entre outros aspectos, quem tem autoridade para levá-lo a cabo, validá-lo ou refutá-lo, invalidá-lo.

Ainda pensando a transversalidade da informação, a título de exemplo, os modos de institucionalidade podem ser concebidos em sua dimensão mais ou menos formal. No caso de uma dimensão mais formal, a informação se insere em contextos públicos, privados e/ou do terceiro setor, instituídos, constituídos e/ou orientados por normas e regras positivadas, onde se situam, por exemplo, instituições e sistemas formalizados de armazenamento, intermediação, recuperação e utilização de produtos e serviços de informação.

Podendo prescindir desses contextos e positivities – mas constituindo-se igualmente como terreno fértil para a constituição de sistemas –, os modos

de institucionalidade menos formais podem ser observados em fenômenos como arquivo pessoal, colecionismo, bibliotecas e museus comunitários, entre outros; enfim, podem incidir no bojo de associações e interações dos sujeitos em rede, ocorrendo ou não no âmbito da Web (de superfície ou profunda) ou de plataformas (mídias sociais etc.).

A reiteração dessas ideias a mim particulares foi corroborada a partir da leitura da variedade de temas abordados na presente obra. Os organizadores do livro – os professores Lídia Silva de Freitas, Linair Maria Campos, Renato de Mattos e Vitor Manoel Marques da Fonseca – estruturaram os textos em duas seções principais que se complementam, com estudos com ênfases teóricas e/ou aplicadas. Tais seções foram denominadas “Do mundo da teoria” e “Da teoria no mundo”.

Na seção “Do mundo da teoria”, observam-se investigações na interseção entre pesquisas teóricas e aplicadas, mediante as quais são apresentados – por vezes com enfoque em determinados tipos de instituições – temas como bibliotecas (entre as quais, escolares e universitárias), arquivos (entre os quais, pessoais), ensino de Arquivologia, regime de informação, informação, documento, memória social e interdisciplinaridade.

A seção se inicia com o capítulo “Biblioteca escolar e regime de informação: a lei nº 12.244/2010”, de autoria de Debora Santos de Oliveira e Elisabete Gonçalves de Souza. Ele propõe “analisar a escola e, por conseguinte, a biblioteca escolar a partir do conceito de regime de informação”, em uma perspectiva que tem como horizonte um olhar contextualizado sobre a biblioteca escolar. Realiza análise à luz da relação de atores em contextos institucionais e de marcos legais – considerando informação e política e tendo como fundamentação as contribuições de autores como Frohmann, Latour e González de Gómez –, mediante a qual trouxe subsídios para “apresentar o viés discursivo/normativo do objeto biblioteca escolar brasileira”. Tal viés foi explicitado a partir da análise da Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010, que dispõe sobre a universalização das bibliotecas escolares no Brasil.

O capítulo seguinte, intitulado “Documentos em fronteiras: considerações a partir de arquivos de artistas e arquivos de museus”, de autoria de Ana Cláudia Lara Coelho Aranha e Vitor Manoel Marques da Fonseca, busca analisar a múltipla identidade dos documentos em fronteiras, particularmente em arquivos de artistas e arquivos de museus, quando ora “considerados ora arquivísticos, devendo, portanto, ser guardados e organizados pelos arquivos, ora museológicos, sendo então de responsabilidade dos museus”. A investigação

abrange interesses de campos como arquivologia, museologia, biblioteconomia, documentação e ciência da informação, conquanto a reflexão tenha sido direcionada aos dois primeiros. Destaca-se, no estudo, a característica híbrida dos espaços/instituições de interesse/atuação profissional e de situações de necessidade/interesse para a utilização da informação, bem como a dimensão “fronteira” do documento em tais ambiências.

Os autores Adriana Arrojado Correia Pereira e Renato de Mattos desenvolvem o capítulo “O lugar dos arquivos pessoais no ensino de arquivologia no Brasil”. A pesquisa tem como ponto de partida a constatação do crescimento de estudos em revistas científicas e profissionais da ciência da informação, arquivologia e biblioteconomia acerca dos arquivos pessoais – sobretudo na última década deste século – e da realização de encontros sobre o tema por instituições nacionais custodiadoras. A contradição abordada é que, conforme observam os autores, há escassez de pesquisas ou de abordagens sobre arquivos pessoais em cursos superiores de Arquivologia. Com isso, os autores objetivam “identificar o lugar que os arquivos pessoais ocupam na formação superior brasileira”. O texto investiga se os conteúdos sobre arquivos pessoais são considerados no ensino de Arquivologia no Brasil e, quando o são, como se operacionalizam.

Na sequência deste capítulo, Aline da Mata Daudt, Elisabete Souza e Vitor Fonseca apresentam a pesquisa “Informação, memória social e arquivos: relações com a ciência da informação”. Os autores consideram a polissemia e a amplitude de entendimento de informação e memória de modo a estabelecer um diálogo entre ciência da informação e arquivologia. O estudo teórico fundamenta a discussão contando com o subsídio, principalmente, dos entendimentos de informação-como-coisa e de usos de informação, de Buckland, e de lugares de memória e de memória histórica, de Nora. Ao considerar o arquivo como um lugar de memória, estabelece relação da memória social, por exemplo, com a circunstancialidade das coisas potencialmente informativas, bem como com os conceitos informação-como-coisa e memória histórica, no contexto de acepções de sistemas de informação e de arquivo.

O último capítulo da seção, intitulado “Bibliotecas, ensino superior e universidade no Brasil: séculos XIX e XX”, de autoria de Carolina Carvalho Rodrigues e Elisabete Gonçalves de Souza, realiza um resgate histórico de diferentes fases do ensino superior e da criação, do desenvolvimento e dos direcionamentos das universidades brasileiras, que, por sua indissociabilidade às bibliotecas universitárias, interferem ou dimensionam a função e os horizontes de ação destas no âmbito social, cultural e profissional. Partindo da premissa

das originárias “relações de força entre a sociedade civil e o Estado e dos diferentes interesses político-econômicos envolvidos” para o projeto de educação e de universidade no Brasil, o capítulo lança mão de documentos normativos para o resgate histórico das bibliotecas universitárias. Com isso, demonstra os efeitos da reforma universitária em sua estrutura e organização, bem como seu papel institucional para “a luta de seus profissionais para garantir sua inserção nas políticas educacionais”.

Na segunda seção, denominada “Da teoria no mundo”, observam-se investigações na intersecção entre pesquisas aplicadas e teóricas, mas com enfoque em contextos institucionais ou em concepções que interferem ou têm potencialidade para tal na atuação profissional em tais contextos. Abordam temas como acervos privados (no caso, acervos presidenciais); objetos de aprendizagem (com base, especificamente, no padrão Learning Object Metadata); patrimônio documental, difusão cultural e educação patrimonial em arquivos (com ênfase nos arquivos públicos); informação, documento, memória e identidade institucional (no caso, no Colégio Pedro II).

O primeiro capítulo desta seção, de autoria de Renato de Mattos, intitula-se “Entre o interesse público e o privado: natureza jurídica e amparo legal dos acervos presidenciais brasileiros”. Considerando a constituição de acervos privados, o estudo apresenta marcos legal, normativo e institucional tocantes à fundamentação jurídica, com vistas ao reconhecimento do interesse público e social no que diz respeito à preservação de documentos pessoais. Nesse horizonte, os acervos presidenciais brasileiros são objeto de interesse. Apesar da existência de agentes validadores instituídos – como a Comissão Técnica de Avaliação e o presidente do Conselho Nacional de Arquivos – para o “reconhecimento do interesse público e social dos documentos pessoais da maioria dos cidadãos brasileiros”, o autor identifica e aborda desafios, em grande medida, de natureza jurídica para os acervos presidenciais, acervos estes integrados, desde a publicação da Lei nº 8.394, de 30 de dezembro de 1991, ao patrimônio cultural brasileiro.

O texto de Mauricio Augusto Cabral Ramos Junior e Carlos Henrique Marcondes de Almeida, “Uma análise do registro de lições aprendidas em projetos como objeto de aprendizagem no padrão Learning Object Metadata”, fundamenta as particularidades do processo de aprendizagem no gerenciamento de projetos. Conforme observam os autores, ao mesmo tempo que tais particularidades favorecem o desenvolvimento organizacional, apresentam dificuldade quanto ao registro e à disponibilização de conhecimentos tácitos. Tais

especificidades encontram desafios, por exemplo, quando resultados negativos no gerenciamento de projetos são considerados como um ativo de aprendizagem. Para os autores, “os objetivos e as características de um registro de lições aprendidas o tornam semelhante a um objeto de aprendizagem”. Argumentam que a representação de tal objeto pode ser promissora mediante as categorias e os metadados padronizados do Learning Object Metadata. Esse é o caminho utilizado no capítulo para a análise do registro de lições aprendidas em projetos.

Na sequência, o capítulo “Difusão cultural e educação patrimonial em arquivos: abordagem conceitual e relatos de experiências”, de autoria de Bruna Gomes Borges Barcellos e Elisabete Gonçalves de Souza, aborda a relação informação, cultura e memória sob a perspectiva da educação patrimonial. O texto explora esse conceito de modo a acercá-lo ao de difusão cultural em arquivos, considerando que tais instituições têm responsabilidade em relação ao acesso à informação. À luz da literatura nacional e de instituições arquivísticas, as autoras objetivam “construir um panorama de como as noções de patrimônio documental, difusão cultural e educação patrimonial se entrelaçam nos estudos arquivísticos.” Os arquivos, sobretudo os públicos, constituem, no construto abordado, um espaço de educação, cujo enfoque crítico se apresenta como um desafio, já que não deve prescindir de considerar relações de força e poder entre documentos e a trama social a eles implicada.

O capítulo que finaliza a obra, de autoria de Luana Pires de Arantes e Elisabete Gonçalves de Souza, intitulado “Informação, documento, memória e identidade no Colégio Pedro II”, aborda a centralidade do documento para reflexões sobre identidade e memória institucional a partir da análise dos acervos bibliográficos e arquivísticos do Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II. As autoras partem dos pressupostos de que “a construção da memória institucional expressa relações que tencionam a formação da memória coletiva, sendo resultado da seleção de recordações, e de que o processo de construção de identidade está nela contido”, sendo que, tal identidade “também tem sido um fator essencial para justificar o trabalho de valorização da memória institucional”. O acervo estudado serve como um meio para entender a identidade institucional. Com isso, a investigação busca responder a seguinte pergunta: “de que forma as categorias memória e identidade se expressam na política de formação, preservação e organização das coleções sob a custódia do NUDOM?”.

Ao levantar questões, reflexões e resultados de estudos que, nalguma medida, envolvem aspectos ou perspectivas da institucionalidade da informação, a presente obra contribui por alargar e abranger interesses variados de

pesquisa. Ao retratar estudos desenvolvidos pelo PPGCI/UFF, o livro aponta para a continuidade e a relevância de iniciativas desta natureza.

Trabalhos de síntese dessa ordem não apenas revelam – da(s) particularidade(s) de um coletivo – os horizontes de expectativa dos autores, mas se somam aos estudos que retratam o espírito do tempo da ciência da informação latino-americana e brasileira. A leitura prazerosa dos capítulos nos instiga e contribui para novos olhares e reflexões.

Parabéns ao PPGCI/UFF pelo aniversário, e, em coro uníssono com os organizadores e autores da obra, desejo boa leitura!

Brasília, 21 de dezembro de 2020

Rodrigo Rabello

Professor adjunto da Faculdade de Ciência da Informação da
Universidade de Brasília